



Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível  
Nº CNJ : 0022428-74.2018.4.02.5101 (2018.51.01.022428-4)  
RELATOR : Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA  
APELANTE : UNIAO FEDERAL  
PROCURADOR : ADVOGADO DA UNIÃO  
APELADO : NILCE DA CUNHA PADRÃO  
ADVOGADO : RJ096449 - CESAR JOSE MELLO  
ORIGEM : 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00224287420184025101)

## EMENTA

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÕES NÃO CONFIGURADAS. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AO MÉRITO. RECURSO DESPROVIDO.

1. Examinada a petição dos Embargos de Declaração, nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento, insertas nos incisos do art. 1.022 do CPC/15. Desse modo, não assiste razão à Embargante, pois seu recurso visa, tão somente, impugnar o conteúdo da decisão.
2. Os Embargos de Declaração não são a via hábil para a discussão do mérito da matéria impugnada.
3. Recurso conhecido e desprovido.

## A C Ó R D ã O

Vistos e relatados os autos em que são partes as acima indicadas:

Decide a Oitava Turma Especializada do Egrégio Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por unanimidade, em negar provimento aos Embargos de Declaração, nos termos do voto do Relator, constante dos autos e que fica fazendo parte integrante do presente julgado.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019.

**GUILHERME DIEFENTHAELER,**  
Desembargador Federal - Relator.

/mee



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível  
Nº CNJ : 0022428-74.2018.4.02.5101 (2018.51.01.022428-4)  
RELATOR : Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA  
APELANTE : UNIAO FEDERAL  
PROCURADOR : ADVOGADO DA UNIÃO  
APELADO : NILCE DA CUNHA PADRÃO  
ADVOGADO : RJ096449 - CESAR JOSE MELLO  
ORIGEM : 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00224287420184025101)

## RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração, às fls. 245/250, opostos tempestivamente por **NILCE DA CUNHA PADRÃO** em face do Acórdão proferido às fls. 223/233, interpostos com vistas ao reconhecimento de contradições no julgado, afirmando para tanto, em síntese, que a pensão objeto da lide foi suprimida com base em evento ao qual a lei não fez qualquer referência.

Contrarrazões às fls. 253/255.

**É o Relatório. Peço dia para julgamento.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Apelação Cível/Reexame Necessário - Turma Espec. III - Administrativo e Cível  
Nº CNJ : 0022428-74.2018.4.02.5101 (2018.51.01.022428-4)  
RELATOR : Desembargadora Federal VERA LÚCIA LIMA  
APELANTE : UNIAO FEDERAL  
PROCURADOR : ADVOGADO DA UNIÃO  
APELADO : NILCE DA CUNHA PADRÃO  
ADVOGADO : RJ096449 - CESAR JOSE MELLO  
ORIGEM : 17ª Vara Federal do Rio de Janeiro (00224287420184025101)

**V O T O**

O EXMO. DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME DIEFENTHAELER  
(RELATOR):

Ao proferir o Acórdão, o Tribunal cumpre o seu ofício jurisdicional, só podendo alterá-lo nos casos elencados no art. 494 do CPC/15, vale dizer, nas hipóteses de embargos de declaração ou de correção de erros materiais.

Examinada a petição dos Embargos de Declaração, constato que nela não se contempla nenhuma das hipóteses de seu cabimento, insertas nos incisos do art. 1.022 do CPC/15. Desse modo, não assiste razão à Embargante, pois seu recurso visa, tão somente, impugnar o conteúdo da decisão.

Ademais, na decisão recorrida há menção aos preceitos constitucionais e legais necessários para resolução da presente lide, sendo que *"o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para o proferir a decisão; A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/15 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida"* (STJ, Primeira Seção, EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI, DJe 15/06/16, unânime).

Outrossim, *"mesmo nos embargos de declaração com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no art. 535 do CPC (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material), o que não é o caso. Esse recurso não é meio hábil ao exame da causa"* (STJ, EEARES nº 202.452/SP, DJ 12/09/00).

Diante do exposto, **CONHEÇO E NEGO PROVIMENTO** aos Embargos de Declaração.

É como voto.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

---

**GUILHERME DIEFENTHAELER,**  
Desembargador Federal - Relator.

/mee